



ABSORVENTES FEMININOS DE PANO E A AUTONOMIA DA MULHER

IX Congreso Internacional Rulescoop

*Respuesta de la Universidad a las necesidades de la economía social ante los
desafíos del mercado*

GILGEN, Ana Carolina

HASS, Bruna

RODRIGUES, Lucélia de Fátima

TORRES, Lillian Cristina Cruvinel

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESOL/UEPG

Integrantes (bolsistas e técnica) da IESOL/UEPG

RESUMO:

A divisão sexual do trabalho e a consequente construção do espaço público através de uma lógica patriarcal relegou às mulheres a oportunidade de se posicionar. Logo, a ocupação desse espaço foi permitida à mulher somente quando ela passou a reproduzir a dinâmica de dominação masculina, exercendo o papel do opressor. Nesse contexto, surge a necessidade de viabilizar meios de organização e debates que questionem o comportamento autoritário masculino. Este trabalho tem como objetivo destacar as potencialidades de um produto de uso exclusivamente feminino, o absorvente (de pano), no processo de empoderamento feminino a partir da organização do empreendimento Como Vovó Já Dizia. Para tanto, utilizou-se de revisão bibliográfica, contextualização histórica do empreendimento em questão a partir da relação com a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e análise do debate levantado pela confecção e uso do absorvente de pano (ecológico). Como frutos dessa discussão, foram propiciadas a realização de oficinas pedagógicas de reconexão com o ciclo menstrual e autoconhecimento e a organização de um grupo produtivo constituído por mulheres, pautado nos princípios da economia solidária, estabelecendo-se assim uma proposta idealizada por mulheres para mulheres.

PALAVRAS CHAVE: mulheres, absorvente de pano, autonomia, economia solidária, oficinas pedagógicas.

ÍNDICE:

1. INTRODUÇÃO
2. RAÍZES DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO
 - 2.1 Construção do espaço público através de uma lógica patriarcal
 - 2.2 Invisibilidade da mulher e suas demandas
3. ECONOMIA SOLIDÁRIA E RECORTE DE GÊNERO
4. A IESOL E A COOPERATIVA COMO VOVÓ JÁ DIZIA
5. POSSIBILIDADES DE REFLEXÃO E TRANSFORMAÇÃO A PARTIR DO ABSORVENTE DE PANO

1. INTRODUÇÃO

A partir da implantação de uma lógica patriarcal a mulher sempre sofreu com a dominação exercida pelo sexo masculino. Para subsidiar esta afirmação, esse texto tenta recuperar historicamente o processo opressivo pelo qual a mulher vem sendo subjugada, apontando diversos fatores que contribuíram para que ele fosse naturalizado.

A divisão sexual do trabalho marcou o início do processo anteriormente citado, sendo reponsável pelo confinamento da mulher no espaço privado. Esse movimento postulou o gênero feminino como o “sexo frágil”, limitando suas funções ao espaço do lar, nos cuidados com os filhos e afazeres domésticos.

Com o surgimento do sistema capitalista, foi possibilitado a mulher a ocupação do espaço público, afinal surgiram demandas que exigiam mais trabalhadores e a presença do trabalho feminino se fez necessária. No entanto, essa ocupação no mercado, colocou-a em uma outra posição de inferioridade em relação aos homens, onde as funções exercidas eram desvalorizadas e o trabalho precarizado.

Mesmo ocupando postos de trabalho na esfera pública, os assuntos femininos sempre estiveram relegados ao privado, ou seja, o corpo, a menstruação, a saúde e a maternidade nunca foram temas abordados abertamente. Há pouco tempo surgiram discussões superficiais que tratam da saúde d mulher, porém nem na educação formal há um espaço considerável para debater essas questões.

Nesse contexto, com o intuito de promover espaços de discussão e circulação de informação, um grupo constituído por jovens universitárias idealizou uma proposta de oficina pedagógica que trata de temas relacionados ao feminino, abordando questões que envolvem tanto o processo de dominação masculina, como o alerta ao uso de produtos exclusivamente, femininos, que podem causar danos a saúde da mulher.

2. RAÍZES DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Para compreender historicamente a conformação da divisão sexual do trabalho, e consequente a dicotomia a partir da criação da sociabilidade no espaço público e privado, faz-se necessário remontar ao período das sociedades pré-agrícolas. De acordo com John Zerzan (2010), nesse período, os grupos “obtinham cerca de 80% da sua subsistência a partir da coleta”, o que dava um mesmo nível de valorização para as atividades necessárias para a reprodução da vida. Assim, tanto a mulher quanto o homem usufruíam de igualdade no acesso aos recursos materiais de subsistência. No mesmo sentido, pesquisas antropológicas (Eleanor Leacock, 1978 e Mina Caulfield, 1988) revelam que ambos os gêneros eram responsáveis pela criação de ferramentas.

Na transição da Era Paleolítica Média para a Superior, a partir do desenvolvimento “das funções especializadas, as estruturas de parentesco formaram a infraestrutura das relações que se desenvolveram na direção da inequidade e do poder diferenciado” (ZERZAN, 2010). Gradativamente, o trabalho foi sendo afastado da esfera comunal e atribuído de acordo com o gênero, a partir da afirmação da patrilinearidade e das relações sexuais exclusivas.

A Era posterior, na qual ocorreu o surgimento da agricultura e da civilização, foi significativa para a consolidação da divisão do trabalho (ZERZAN, 2010). Tal período ficou marcado pelo início da reprodução da vida guiada pelo desenvolvimento da técnica. Segundo Shiva (1995), esse pensamento possibilitou o surgimento da relação hierárquica entre o ser humano e os processos naturais, na qual estes últimos, são vistos como objetos não dotados de autodeterminação e que precisam ser domesticados e subjugados à técnica para serem úteis ao desenvolvimento. No contexto da racionalidade instrumental nascente, a mulher é colocada no bojo onde se encontram os processos naturais, assegurando que a dominação masculina fosse exclusiva:

Ambas [natureza e mulher] são consideradas o “outro”, o não eu passivo. A atividade, a produtividade e a criatividade que vão associadas ao princípio feminino, foram expropriadas como qualidades da natureza e da mulher e transformadas em qualidades exclusivas do homem (...). De criadoras e sustentadoras da vida, a natureza e a mulher estão reduzidas a serem “recursos” no modelo de mal desenvolvimento, fragmentado e contrário à vida (SHIVA, 1995, *tradução própria*)

2.1 Construção do espaço público através de uma lógica patriarcal

No processo de domesticação o foco é o espaço privado, o domicílio. A gradativa separação entre espaço público e privado, possibilita o desenvolvimento de uma lógica de confinamento, que passa a delimitar os horizontes da vida da mulher. A

partir de então, de acordo com Zerzan (2010), o valor da mulher localiza-se na possibilidade de “tornar-se algo produtivo, a espera da fertilização, de estimulação externa para se realizar”.

A gradativa diferença que surge a partir da divisão sexual do trabalho passa, então, a extrapolar a esfera produtiva. A localização da mulher no espaço privado é determinante na sua exclusão dos meios de sociabilidade e pouco, ou nenhum desenvolvimento enquanto sujeito político na vida em sociedade. Enquanto os homens localizam-se no campo produtivo e são associadas a eles “as funções com forte valor social, como na esfera política, religiosa e militar” (KERGOAT, 2009 *apud* ALVES, 2013).

Outro reflexo dessa distinção, é a desvalorização social e econômica das atividades relacionadas ao cuidado e à educação, historicamente atribuídas às mulheres. Isso significa que mesmo no contexto da mercantilização das atividades de manutenção do domicílio, quando as mulheres passam a exercer tais atividades por meio do assalariamento, essa desvalorização manifesta-se no trabalho mal remunerado, informal e precarizado. O que está em jogo não é o potencial produtivo do trabalho, mas se este é executado ou não por uma mulher. Essa lógica repousa nas bases da “separação, que distingue trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o da hierarquização, que indica ser maior o valor do trabalho de homens” (KERGOAT, 2009 *apud* ALVES, 2013).

A Igreja Católica detém um papel central na consolidação do papel feminino na sociedade, atribuindo como tarefa da mulher a execução do “trabalho de base para o estabelecimento do edifício familiar (DEL PRIORE, 1994, p.69 *apud* ALVES, 2013). Essa premissa era subsidiada pelo discurso médico que buscava “comprovar que a mulher era mais frágil e inferior em relação ao homem (ALVES, 2013), defendendo que cada gênero apresentava aptidões particulares, reservando-se ao homem “o cérebro [...] a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão; à mulher, o coração a sensibilidade, os sentimentos” (PERROT, 1988, p. 177 *apud* ALVES, 2013).

Quando o trabalho feminino passou a ser demandado pelo mercado capitalista, o papel da mulher no espaço privado encontrava-se tão naturalizado que manifestou-se na resistência à sua entrada na dinâmica do emprego. Já que a educação direcionada à mulher tinha o objetivo de encaixá-la no trabalho doméstico, a sua saída para o mercado de trabalho gerou temores sobre a possibilidade de crescimento de sua autonomia.

Quando a autonomia é citada, o tema não se restringe apenas a autonomia econômica. Nesse contexto, é importante lembrar que o papel desempenhado pela mulher no âmbito familiar a exclui completamente enquanto sujeito que apresenta desejos, sonhos e personalidade (NORTHROP, 1999, p. 41) A submissão com a qual a mulher foi e ainda vem sendo educada a constrói como um ser invisível que sempre deve orientar suas ações para o bem-estar da família e não se reconhecer como indivíduo e atender às suas necessidades. Por outro lado, para assegurar o não envolvimento da mulher na vida pública, a lógica desses espaços gira em torno dos mesmos princípios que orientam a opressão sobre aquela: hierarquização, diferenciação e generalização. Esse modo de funcionamento proporciona a exclusão da mulher do espaço público e a invisibiliza no ambiente privado.

2.2 Invisibilidade da mulher e suas demandas

A dificuldade do envolvimento da mulher na vida pública apresenta ainda mais consequências, pois as especificidades ligadas aos determinantes de gênero localizam-se exatamente na vida privada, em sua experiência individual e cotidiana.

A submissão sobre a qual se fala quando nos referimos à educação feminina, apresenta reflexos na forma com que a mulher apreende os processos específicos de seu sexo, como a sexualidade, a maternidade, menstruação, parto e aspectos específicos da sua saúde. A educação cartesiana, além de não possibilitar a compreensão material sobre o corpo, é a base sobre a qual se desenvolve a ciência fragmentada e a hierarquia entre saber vivencial e saber científico. Logo, se não há espaço para as especificidades da mulher invisível no seio da família, suas demandas não tem espaço na vida pública e a educação formal não debate abertamente sobre o cotidiano feminino, **onde a mulher pode trabalhar suas demandas?**

Atentando para a hierarquia entre saber vivencial e saber científico, pode-se perceber como uma das poucas alternativas que a mulher possui para compreender seus processos - o autoconhecimento - é deslegitimado diante do discurso biomédico. Tal discurso baseia-se “na primazia do conhecimento anômopatológico e na abordagem mecanicista do corpo, cujo modelo assistencial é centrado no indivíduo, na doença, no hospital e no médico” (BATISTELLA, 2007). O que leva ao desenvolvimento de uma postura de “onipotência diante da doença do paciente e do próprio paciente” que deve submeter-se à tutela do médico, sendo necessário abdicar de sua autonomia:

de seu poder de reflexão sobre si mesmo, da decisão sobre si, do conhecimento intuitivo e vivencial de si mesmo. Passa a ser visto como um amontoado de órgãos, como uma máquina quebrada e que necessita ser consrtada de acordo com o que a ciência do médico diz. É essa crença na

“verdade científica” que faz com que o médico acredite que pode, ou mesmo que deve, dar-se o direito de invadir a autonomia do indivíduo para impô-lo a verdade [...] De um modo ou de outro, esse poder é exercido como se fosse um direito, necessário e inevitável - mas não é nem um direito nem necessário para o tratamento, ao contrário, é um fator que contribui para o insucesso de um tratamento [...] De acordo com a doutrina da “verdade científica”, o médico passa a ser um guardião da verdade que deve ser imposta ao paciente, por ter “pecado”, perde todos os seus direitos e deve ter seu defeito corrigido por aquele que supostamente, “sabe” a verdade sobre o corpo do paciente (MARTINS, 2004).

Além disso, o desenvolvimento de uma ciência médica curativa e não preventiva, dá suporte para que todos os fenômenos relacionados ao corpo feminino sejam tratados como doença que deve ser curada a partir da intervenção médica. Northrup afirma que:

O sistema viciante [patriarcal] tem medo das reações emocionais e valoriza muito o domínio das emoções, porque está desconectado delas. O corpo feminino, há milênios associado aos ciclos e sujeito ao fluxo e refluxo dos ritmos naturais, é considerado particularmente emocional e carente de controle. Toda nossa sociedade funciona de forma que nos mantem desconectadas de tudo o que sabemos e sentimos. (NORTHROP, 1999, p.47)

Assim, os processos ligados ao corpo feminino são entendidos sem relação alguma com a subjetividade da mulher, postulando propostas violentas e nocivas ao corpo feminino, como o anticoncepcional, absorventes descartáveis e violência obstétrica.

Dessa forma, aliando a educação para submissão com o poder do discurso médico, consegue-se uma combinação que assegura definitivamente o controle sobre as mulheres (NUNES, 1991, p.61): o desconhecimento sobre si mesma. No mesmo sentido, ainda há a defesa de diversas perspectivas religiosas que colocam o corpo e o descobrir-se como ações que devem ser condenadas, além de configurarem-se como mais um motivo para a invisibilidade de tais temas.

A partir de toda a argumentação, torna-se perceptível como a submissão se faz presente em vários âmbitos da vida das mulheres, demonstrando também, como a sua não participação na vida pública gera uma sociabilidade que invisibiliza sua presença e suas especificidades.

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA E RECORTE DE GÊNERO

A economia solidária se distingue por alguns princípios e valores que visam a valorização do ser humano, cooperação, solidariedade, democracia, autonomia, justiça social e autogestão, se colocando assim como uma

alternativa de geração de trabalho e renda, caracterizada por um comércio justo e consumo solidário. Singer (2002) aponta que:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica.

Considerando que a economia solidária visa a igualdade e que as relações de gênero também se colocam como uma relação hierárquica, a proposta de autogestão vem para compreender as desigualdades dentro das relações de poder e combatê-las.

A proposta do grupo denominado “Como Vovó Já Dizia” vai muito além do objetivo de geração de trabalho e renda, premissa básica da economia solidária. Atualmente, comercializam produtos que proporcionam um complemento de renda aos integrantes, porém,, o propósito maior se dá pelo viés pedagógico de circulação e troca de informações, através das oficinas ofertadas pelo grupo.

4. A IESOL E A PROPOSTA DO GRUPO “COMO VOVÓ JÁ DIZIA”

No ano de 2012, surgiu a ideia de formação de um grupo, composto por jovens universitárias, com o intuito de levantar a questão e estimular o debate em torno de assuntos não tratados publicamente, referentes, ao corpo e saúde da mulher. Dessa forma, foram elaboradas propostas de oficinas para jovens e adultos (do sexo feminino) onde os temas anteriormente citados são abordados sem qualquer tipo de preconceito, feitos esclarecimentos sobre os riscos do uso do absorvente descartável e ainda desenvolvidas atividades de confecção do próprio absorvente.

A organização do empreendimento se deu a partir de princípios semelhantes aos da Economia Solidária,, ou seja, trabalham com autogestão e privilegiam a participação coletiva e democrática na tomada de decisões do grupo, além de prezar pela sustentabilidade ambiental, estimulando o uso do principal produto do grupo; o absorvente de pano. Este último tornou-se a

referencia do empreendimento, embora tenham sido incorporadas outras pessoas, que confeccionam outros artigos.

Inicialmente, o grupo trabalhava com 3 linhas de produtos: de absorventes de pano - menstrual e para seio, Brisa Maria (bolsas e filtro dos sonhos e a Vovó vegana (bolachas, compotas de pimenta, além de outros produtos). atualmente, a linha de alimentos está desativada devido as dificuldades da produção nesse segmento.

Os produtos são comercializados em algumas feiras, eventos universitários e através de mídias eletrônicas, como por exemplo, o facebook. Quando o consumidor se interessa, o produto entregue/enviado é acompanhado por um jornal informativo e um “guia de cuidados”. Embora exista a comercialização, é importante enfatizar que este não é o foco do grupo, que trabalha numa perspectiva mais educacional do que de geração de trabalho e renda.

As oficinas ocorrem em dois momentos, sendo a primeira atividade uma exposição teórica, porém dialógica, e na segunda parte, uma atividade prática, isto é, a de confecção do absorvente de pano. Na exposição são abordadas as raízes históricas da relação da opressão da mulher com a desvalorização do ciclo menstrual, bem como, a forma com que a indústria capitalista trata a questão, colocando como única alternativa às mulheres o absorvente feminino descartável, que devido aos produtos presentes em sua composição, como o cloro e dioxinas, apresenta diversos riscos à saúde feminina. Essas últimas, podem causar infecção urinária, cancro no útero, endometriose, esterilidade, distúrbios hormonais e câncer. Na atividade prática, as participantes aprendem a confeccionar seus próprios absorventes ecológicos, buscando assim, receber o sangue menstrual de uma maneira positiva e ambientalmente correta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideologia patriarcal constitui a principal base do poder capitalista que tem como meta majoritária a obtenção do lucro. As necessidades socialmente determinadas pelos sujeitos são supridas por esse modo de produção frio que aliena o ser

impulsionando-o, às cegas, para a reprodução dessa lógica destrutiva das particularidades humanas, que constitui a totalidade do ser.

O patriarcado profundamente enraizado na sociedade capitalista se utiliza de uma metodologia que rebaixa todas as sutilezas presentes na mulher, às interrompe no seu ciclo natural de vida, se impõe sobre elas as negando o direito delas sobre elas mesmas; desvaloriza sua dinâmica e suas reais necessidades. A menstruação, a maternidade e o parto são vistos como secundários e fonte de lucro pelas indústrias capitalistas que mostram uma completa falta de responsabilidade com a saúde da mulher ao produzirem absorventes descartáveis que trazem em sua composição substâncias nocivas capazes de aumentar a probabilidade de surgimentos de distúrbios hormonais, esterilidade, endometrioses, cistos nos ovários e câncer. As consequências dessa lógica patriarcal predatória do subjetivo e concreto do feminino chegam a espaços direcionados para tratar as consequências orgânicas do descaso produzido pelo capital, espaços onde a maior parte dos médicos reproduzem as características ideológicas patriarcais de não questionamento das bases.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro , v. 11, n. 2, p. 271-289, Aug. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000200002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 30 de Maio de 2015.

BATISTELLA, Carlos. (2007) Abordagens Contemporâneas do Conceito de Saúde. In: Fonseca, Angélica Ferreira (Org.) O território e o processo saúde-doença. / Organizado por Angélica Ferreira Fonseca e Ana Maria D'Andrea Corbo. – Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz.

Martins, André. (2004). Biopolítica: o poder médico e a autonomia do paciente em uma nova concepção de saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 8(14), 21-32. Disponível em <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832004000100003&lng=en&tlng=pt> Acessado em 27 de Maio de 2015.

NORTHROP, Christiane. (1999) Cuerpo de mujer, sabiduría de mujer: una guía para la salud física y emocional. 1999. Barcelona, Ediciones Urano, S. A.

NUNES, Silvia Alexim. (1991) A medicina social e a questão feminina. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 1(1), 49-76. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73311991000100003&lng=en&tlng=pt> 10.1590/S0103-73311991000100003> Acessado em 28 de Maio de 2015.

PIÑERO, Aránzazu Hernández. (2012) La apuesta política de Vandana Shiva: los saberes de las mujeres y la sostenibilidad de la vida.

SHIVA, Vandana (1995): Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo, Madrid, horas y HORAS.

VIGIL, María Tardón. Ecofeminismo (2011). Una reivindicación de la mujer y la naturaleza. *El Futuro del Pasado*, no 2, 2011, pp. 533-542. Salamanca.

ZERZAN, John (2010). Patriarcado, civilização e as origens do gênero. In: *Revista Gênero e Direito*, n 2. Trad. Loreley Garcia. Editora Universitaria da UFPB. Disponível em: <<http://www.ccj.ufpb.br/nepgd/images/stories/pdf/patriarcado.pdf>>. Acessado em 2 de Junho de 2015.

Ejemplos:

Libro:

Artículo de revista:

Contribución: